

Ser estudante com deficiência na pós-graduação em Educação: narrativas de uma experiência de inclusão

Being a student with a disability in postgraduate education: narratives of an experience of inclusion

Elivana Vieira de Souza¹

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

elivana.vieira@aluno.uece.br

Iure Coutre Gurgel²

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

iure.gurgel@aluno.uece.br

Giovana Maria Belém Falcão³

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

giovana.falcão@uece.br

Isabel Maria Sabino de Farias⁴

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

isabel.sabino@uece.br

Resumo: O que conta um estudante com deficiência visual na pós-graduação stricto sensu sobre as experiências vividas nesse contexto? A preocupação encontra-se no centro deste escrito, sustentada na constatação da crescente entrada de estudantes com deficiência na Educação Superior. Com o ingresso desses estudantes alguns desafios tornam-se latentes, a exemplo da necessidade de extinção das barreiras arquitetônicas e atitudinais,

¹ Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

² Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

³ Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

⁴ Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil.

adequações no currículo, nas estratégias metodológicas e de avaliação que assegurem a equidade e uma educação pública humana, democrática e voltada para a permanência com qualidade desse segmento. Nesta direção, este artigo objetiva refletir sobre as narrativas de um estudante com deficiência visual acerca das suas percepções, enfocando os desafios e avanços vivenciados no quadro de sua constituição como estudante com deficiência na pós-graduação stricto sensu em Educação. A análise decorre de pesquisa empírica de abordagem qualitativa configurada como um estudo de caso único (STAKE, 2011), precisamente o primeiro mestrando com deficiência visual ingresso nesse âmbito em uma universidade pública estadual no Nordeste brasileiro. Os dados foram produzidos mediante entrevista narrativa (NACARATO E PASSEGGI, 2013) com esse estudante. Os resultados evidenciam que muitos ainda são os desafios vividos no chão da universidade para a garantia da inclusão dos alunos com deficiência nesse espaço, sendo urgente a adoção de estratégias no sentido de visibilizar e valorizar os estudantes com deficiência como sujeitos capazes e com potenciais para se desenvolver e (con)viver em sociedade.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Superior; Narrativas; Pós-graduação stricto sensu.

Abstract: What does a visually impaired postgraduate student say about their experiences in this context? This concern is at the heart of this article, based on the growing number of students with disabilities entering higher education. With the entry of these students, some challenges have become evident, such as the need to eliminate architectural and attitudinal barriers, adapt the curriculum, methodological and assessment strategies to ensure equity and a humane, democratic public education aimed at ensuring the quality of permanence of this segment. With this in mind, this article aims to reflect on the narratives of a visually impaired student about his perceptions, focusing on the challenges and achievements experienced in the context of his constitution as a disabled student in the stricto sensu postgraduate course in Education. The analysis stems from empirical research with a qualitative approach configured as a single case study (STAKE, 2011), precisely the first visually impaired master's student to enter this field at a state public university in the Northeast of Brazil. The data was produced through a narrative interview (NACARATO E PASSEGGI, 2013) with this student. The results show that there are still many obstacles on the university facilities to ensure the inclusion of students with disabilities in it, and that there is an urgent need to adopt strategies to make students with disabilities visible and valued as capable individuals with the potential to develop and (con)live in society.

Keywords: Inclusion; Higher education; Narratives. Stricto sensu postgraduate courses.

Introdução

A motivação dessa pesquisa se interliga as vivências pessoais dos autores no contexto da pós-graduação *stricto sensu* em Educação, interagindo com o participante desse estudo, escutando suas narrativas, cotidianamente, sobre os desafios vivenciados por um estudante com deficiência visual. Além disso, a temática provoca inquietações advindas de nossos objetos de estudo: inclusão na Educação Superior, e por fim, o diminuto número de estudos voltados para inclusão na pós-graduação *stricto sensu*, sinalizam para a necessidade de ampliarmos e aprofundarmos as pesquisas na área como possibilidade de reconhecermos a universidade como um espaço democrático e plural.

Nessa direção, pensar a universidade enquanto instituição com importante função social, exige de nós, pesquisadores, reconhecermos a necessidade da garantia de acesso e permanência aos estudantes com deficiência como possibilidade de construirmos uma sociedade mais justa, igualitária e humana. Assim, pensar a inclusão de pessoas com deficiência na universidade é algo que tem ganhado uma expressividade nos dias atuais, impulsionada pela implementação de políticas públicas voltadas ao direito à educação pelos estudantes público da Educação Especial⁵. Desse modo, centramos a atenção sobre a pós-graduação *stricto sensu*, cenário balizador desta pesquisa, indagando: o que conta um estudante da pós-graduação *stricto sensu* em Educação com deficiência visual sobre suas experiências na Universidade? Essa é a inquietação que permeia esse escrito, que tem por objetivo compreender as percepções, desafios e avanços vivenciados em um programa de pós-graduação em educação por um estudante com deficiência visual a partir de suas narrativas. Consideramos que a narrativa de si expressa o escrito da própria vida, na qual o sujeito se desloca em uma narrativa entre o papel vivido de ator e autor de suas próprias experiências (JOSSO, 2010).

O estudo se configura como estudo de caso único, pois procura aprofundamento de uma realidade específica (GIL, 2008). O estudo de caso caracteriza-se como uma investigação empírica e, numa abordagem qualitativa (STAKE, 2011), objetiva apreender a complexidade e a singularidade do objeto a partir da perspectiva dos participantes, permitindo ainda a interpretação de fatos e acontecimentos históricos, sociais e culturais no quadro de uma realidade existente (MINAYO, 2007). Os dados foram produzidos com esteio nas narrativas de um estudante com deficiência visual⁶ de uma instituição de Educação Superior localizada no Nordeste brasileiro, por meio de entrevista individual, a qual buscou explicitar a trajetória vivenciada durante a formação acadêmica no âmbito do Mestrado.

Consideramos que o percurso desenvolvido pelo estudante protagonista do nosso estudo, em colaboração com os outros discentes e professores de um dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), torna-se potencializador para sua formação haja visto

⁵ De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de ensino de nível superior, em seu artigo 1º, inciso II, elenca no “1º Para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação”.

⁶ Como procedimento ético foi solicitado ao participante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE), com toda a descrição do estudo.

ser a universidade um espaço-tempo de trocas, de construção de aprendizados e relações essenciais para o processo formativo dos sujeitos. Dessa forma, o percurso de formação refere-se ao percurso de vida, de histórias, de experiências e de afirmações dos sujeitos com os contextos dos quais são parte (MOITA, 2000; NÓVOA, 2009; DOMINICÉ, 2010; PINEAU, 2010. As histórias de vida e formação experienciadas na pós-graduação, portanto, fortalecem o desenvolvimento dos estudantes, além de corroborar para que torne-se significativo o “relato do narrador sobre a sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”, de forma oralizada ou escrita (SOUZA, 2010, p. 29).

A seguir, buscamos aprofundar as compreensões teóricas que subsidiam o entendimento sobre a inclusão na Educação Superior

Entre avanços e des(avanços): um olhar entre as políticas educacionais e os desafios atuais da inclusão na Educação superior

Historicamente, o acesso à Educação Superior no Brasil tem se configurado como um desafio. Entre tantos avanços na área no tocante a implementação de políticas públicas voltadas a atenderem esse público alvo, mas, presenciamos também nesses últimos quatro anos, mas precisamente no governo de Jair Messias Bolsonaro um cenário de (des)avanços em relação a construção de uma instituição de ensino que acolha e valorize os estudantes com deficiência, construindo-se assim, um discurso ultraconservador e hegemônico que têm contribuído diretamente para reforçar a negação da escola comum como espaço de pluralidade e de acesso ao patrimônio cultural (SOUSA; SANTOS; FALCÃO, 2023).

As pessoas com deficiência ao longo da história eram vistas como sujeitos incapazes e em sua maioria eram “escondidas” da sociedade, sendo dessa forma negligenciadas pela escola e a sociedade de um modo geral, em que essas atitudes imprimiram marcas que ao longo dos tempos contribuíram para o aumento da exclusão social. Em seus escritos, Sasaki (1997) apresenta o período em que a inclusão começou a nascer e foi se inserindo novos discursos e quebras de paradigmas antigos de homogeneização e de segregação

O movimento de inclusão social começou incipiente na segunda metade dos anos 80 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 90 também em países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século XXI envolvendo todos os países. (SASSAKI, 1997, p. 17)

Nos reportamos a Constituição Federal do Brasil (1988) quando em um de seus artigos advoga sobre a necessidade de reconhecermos e garantirmos a dignidade da pessoa humana em conformidade com as disposições da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovado em 2006, no qual o Brasil é um dos signatários desse manifesto em que aponta sobre a relevância de garantia dos direitos de acessibilidade e pelo exercício do direito sem discriminação sob alegação da deficiência.

Em se tratando de políticas educacionais voltadas diretamente para a Educação Superior, somente em 2005 o Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Secretaria de Educação Superior, lançam o Programa Acessibilidade ao Ensino Superior - Incluir (BRASIL, 2005), cujo objetivo foi o de promover a acessibilidade nas IES públicas estaduais, tendo como proposta garantir condições de acesso e participação aos estudantes com deficiência no contexto da Educação Superior, programa esse cujo destaque é ter trazido, pela primeira vez, a proposta de estruturação de um Núcleo de Acessibilidade (NA) no contexto da Educação Superior.

A partir da implementação do Projeto Incluir (Brasil,2005), surgiram outras políticas voltadas a atender os estudantes da Educação Superior, no sentido de reconhecê-los como sujeitos de direitos e reconhecendo a necessidade de se garantir a inclusão desses alunos e fortalecer as políticas de acessibilidade e permanência na Educação Superior. Dentre essas políticas, destaca-se os Marcos Políticos Legais da Educação Especial numa perspectiva Inclusiva (BRASIL, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) ainda define a Educação Especial como uma modalidade de ensino, perpassando todos os níveis, etapas e modalidades reconhecendo sobre a necessidade das instituições de ensino garantirem a matrícula e permanência com qualidade dos estudantes além de desenvolverem estratégias pedagógicas que promovam a interação e o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes.

Visando construir uma sociedade mais harmônica, pacífica e pautada no respeito às diferenças, destacamos a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei n.º 13.146/2015, mais precisamente, nos remetemos ao Art. 10, do capítulo do Direito à Vida: compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida. E que dignidade seria essa? Como garantir uma sociedade inclusiva?

A partir da implementação dos marcos políticos legais, a Universidade torna-se espaço fértil de diálogo, relações sociais e de valorização das singularidades dos sujeitos, reconhecendo-os como pessoas capazes de aprender e que precisam de oportunidade de ingressarem na Educação Superior. Frente a essas questões, destacamos o programa Incluir que é desenvolvido somente nas instituições federais de Educação Superior, cujo propósito é o de assegurar a acessibilidade e a permanência desses discentes com deficiência, sendo estruturado a partir dos seguintes eixos: infraestrutura, currículo, comunicação e informação, programas de extensão e programas de pesquisa, proporcionando dessa forma, aos estudantes atendidos uma maior relação no universo acadêmico.

Embora atualmente os dados educacionais disponibilizados pelo INEP por meio do censo da Educação Superior (BRASIL, 2019) sinalizem uma quantidade expressiva de matrículas de estudantes com deficiência nas universidades vemos que esse ainda é um número pequeno se compararmos ao censo demográfico brasileiro, por considerarmos que o acesso dos estudantes com deficiência a Educação Superior em nosso país é algo recente e que vem se intensificando nesses últimos anos a partir da implementação de leis que garantam esse acesso e permanência dos graduandos com qualidade.

É importante destacar que embora as universidades tenham se tornado espaços mais inclusivos, ainda assim, existem alguns entraves principalmente, no que se refere às barreiras atitudinais e arquitetônicas que

inviabilizam o acesso e permanência desses estudantes, bem como a intensificação das exigências do universo acadêmico e os desafios inerentes a criação de uma nova rotina para todos os estudantes.

Pensar em uma universidade que desenvolva ações inclusivas nos remete a pensarmos sobre a importância de se construir neste espaço experiências diversificadas que favoreçam tanto a construção de relações entre professores e alunos como entre os alunos no sentido de reconhecer as singularidades de cada sujeito e assim, valorizá-las. Nessa direção, em 2015 foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/ Estatuto da Pessoa com Deficiência - (LBI/ 2015), quando evidencia:

Art. 27 – A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 7).

Essa definição apontada no artigo 21 da LBI, indica sobre a emergência que a Universidade precisa se tornar esse espaço profícuo e potencializador para a construção e sistematização do conhecimento científico a partir das aprendizagens e vivências construídas no dia a dia, bem como, por meio da valorização das especificidades dos estudantes com deficiência, acreditando dessa forma, que todos podem ser capazes de aprender tanto cognitivamente como intelectualmente.

Fica evidente que o espaço da pós-graduação *stricto sensu* ainda tem se constituído de forma lenta no sentido de garantia de vagas a esses estudantes com deficiência. É importante destacarmos que muitos ainda são os obstáculos vividos pelos programas, o que exige uma necessidade de se readequar e criar mecanismos que efetivem esse direito na prática, como bem destaca Carvalho (2016) quando afirma que é importante compreender que a filosofia da educação inclusiva se baseia em princípios que exigem transformações práticas nos sistemas e instituições de ensino, ou seja não se trata de se desenvolver ações uniformes acreditando que todos os estudantes aprendem da mesma forma e “são iguais”, torna-se imperativo criar e desenvolver ações que respeitem e valorizem esses estudantes e se construa assim, um espaço plural, heterogêneo e colaborativo.

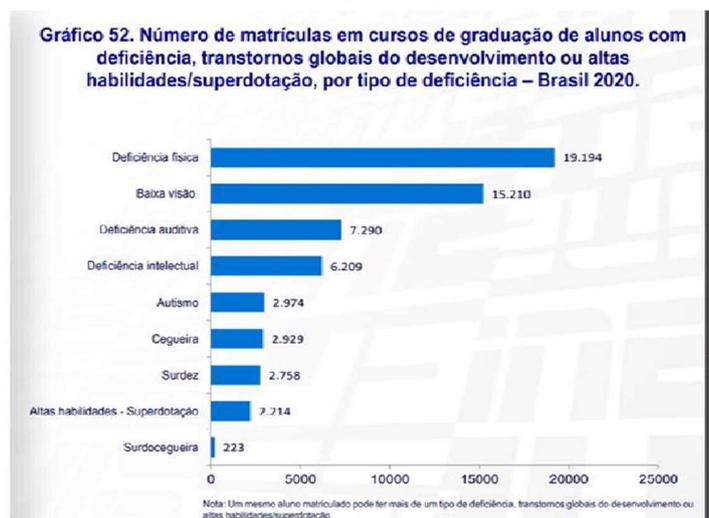
Apresentamos abaixo dois gráficos extraídos do site do INEP (BRASIL, 2019)

Números de matrículas de estudantes com deficiência na graduação

Gráfico 51. Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação – Brasil 2010-2020.

Ano	Número de Matrículas de Alunos com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação	Percentual em Relação ao Total de Matrículas em Cursos de Graduação
2010	19.869	0,31%
2011	22.455	0,33%
2012	26.663	0,38%
2013	29.221	0,40%
2014	33.475	0,43%
2015	37.986	0,47%
2016	35.891	0,45%
2017	38.272	0,46%
2018	43.633	0,52%
2019	48.520	0,56%
2020	55.829	0,64%

Gráfico 52. Número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de deficiência – Brasil 2020.



A partir de uma análise mais precisa da tabela e do gráfico acima é possível observar um aumento significativo de estudantes com deficiência na universidade, os números expressam de forma exponencial o acesso desses estudantes a Educação Superior de forma substantiva. No entanto, há muitos caminhos a se percorrer para que esse número se torne expressivo e que mais estudantes com deficiência possam chegar a esse nível de ensino, pois, como pode ser visto menos de 1% da população acadêmica tem algum tipo de deficiência. Destaca-se ainda que no ano de 2016, foi ano que ocorreu um declínio nos números, ano que houve cortes de verbas para a educação, implicando diretamente no acesso à Educação Superior. Um outro aspecto que vale refletir sobre esses dados, são a não divulgação dos dados de pessoas com deficiência na pós-graduação stricto sensu, reforçando a necessidade de divulgação e ainda a ampliação de discussões acerca dessa temática. A divulgação de dados se torna fundamental para o estabelecimento de medidas com vistas a se pensar em melhores condições e na efetivação de políticas de inclusão também nesse nível de ensino, além de conhecer e problematizar a realidade da Educação no país.

Os dados voltam-se para os cursos de graduação das instituições de Educação Superior brasileira, mas ressaltamos que é importante destacar nesse escrito que pensar o espaço da pós-graduação como um contexto inclusivo, exige de nós, reconhecermos a necessidade do corpo docente de investir em sua formação, a partir do desenvolvimento de práticas colaborativas e dialógicas entre os pares, em um processo contínuo de aprendizagem (NÓVOA, 1996), ou como aponta Fávero (2009), torna-se primordial se pensar a formação de professores para a inclusão a partir de um processo de se repensar e ressignificar a própria concepção de educação, ensino e aprendizagem, entendendo que o processo educativo consiste na criação e no desenvolvimento de contextos educativos que possibilitem a interação crítica e criativa entre sujeitos singulares, e não simplesmente na transmissão e na assimilação de conceitos e conteúdo, por vezes, estereotipados. A seguir, apresentamos o trilha metodológico do estudo.

Trilhar metodológico da pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa (STAKE, 2011) por assumir contornos em que as informações produzidas se baseiam principalmente na percepção e na compreensão humana, além de reconhecer que os contextos, pessoas e espaços são observados a partir de uma perspectiva holística. Quanto ao método de pesquisa, trata-se de um estudo de caso único, pois visa o aprofundamento de uma realidade específica (GIL, 2008).

Tivemos como sujeito participante desse estudo um estudante com deficiência visual matriculado no curso de Mestrado em Educação. A produção de dados foi realizada com esteio na entrevista narrativa, contando com 8 (oito) pautas orientadoras. Em função do contexto de pandemia e por opção do entrevistado, a entrevista ocorreu por meios remotos, através de vídeo chamada.

Destaca-se que anterior a entrevista, foi enviado o TCLE (Termo de consentimento livre e esclarecido) ao estudante, esclarecendo que os dados coletados serão exclusivamente para análise de dados e garantindo o anonimato durante todo o trabalho.

Ao buscar entender as percepções e a história vivenciada pelo estudante com deficiência visual da pós-graduação utilizamos as narrativas como procedimento de pesquisa na geração dos dados. Nacarato e Passeggi (2013, p.290) vem explicar que através da narrativa, os indivíduos “trazem os significados que atribui ao mundo vivido e à relação entre esse mundo e a interpretação que faz dele, assim, entre a experiência humana e o ato de narrar: entre a história individual e a história coletiva”. As narrativas se revelam um caminho possível para compreender a realidade, pois a partir dela é compartilhado histórias de muitos que passam por situações semelhantes. Como corrobora Haas (2013), produzir a narrativa individual com os sujeitos é produzir uma história social

Na sequência, trazemos a análise da narrativa do estudante com deficiência colaborador desse estudo, abordada a partir de categorias temáticas: ingresso na Educação Superior, desafios vivenciados na Educação Superior e Inclusão em um mestrado em Educação, por considerarmos uma possibilidade de maior reflexão e, também por nos permitir problematizar sobre o foco constitutivo desse escrito – ser estudante com deficiência na pós-graduação *stricto sensu* em educação.

Entre sonhos, desejos e superações: o ingresso na Educação superior e os primeiros contatos com a pós-graduação

Começamos o diálogo com o estudante participante desse estudo tendo como mote o seu ingresso na Educação Superior entrelaçado aos primeiros contatos com a pós-graduação *stricto sensu*. Sobre o processo seletivo para o ingresso no programa de pós-graduação em Educação na UECE, o entrevistado sublinhou:

Foi um processo muito difícil desde o início, em que sempre que participo de qualquer seleção, provas ou concursos dependo da ajuda de outras pessoas, pois geralmente não consigo mexer em sites e plataformas sozinho, então sempre preciso da ajuda de alguém e isso por si só, já torna as coisas mais difíceis. No caso da seleção do mestrado não foi diferente, precisei de ajuda de pessoas, é importante pontuar que foi um processo seletivo diferente dos outros porque tem que mandar projeto, com as regras de formatação, entrevista, prova e títulos, então é algo bem complexo em relação às outras seleções que já participei. (ACERVO DA PESQUISA, 2022).

Com arrimo na narrativa do entrevistado verifica-se que suas reflexões pontuam o que Caiado (2014), Silva (2013) e Padilha (2015) defendem em relação a necessidade que a pessoa com deficiência precisa da mediação de outras pessoas de modo a oportunizar a constituição de significados que somente são possíveis nas relações sociais, construindo-se dessa forma uma rede de apoio cujo propósito é o de construir uma relação mais autônoma, efetiva e que potencialize o processo de ensino e aprendizagem na universidade.

Corroborando com as falas do participante Guimaraes (2021) faz uma crítica a editais que sempre estão disponíveis em sites inacessíveis e confusos e quando acessíveis, não contemplam os anexos dos editais e os formulários para inscrição. E por essas circunstâncias e por ausência de transparência, muitas inscrições não são efetivas ou feitas indevidamente deixando as pessoas uma boa parte de pessoas com deficiência de fora do processo seletivo.

Em adição a essas ponderações, o entrevistado ainda apontou sobre o seu ingresso na universidade que:

Não entrei por cotas nem na graduação e nem na pós-graduação. Na graduação, a época que ingressei não existia, pois não tinha ainda essa política de cotas nem para negros e nem para pessoas com deficiência, já existiam em algumas situações assim muito esporádicas, mas é em termos de vestibulares para o ensino superior não tinha na época. Já na pós-graduação, que foi algo mais recente, já se tem muitos programas que ofertam as cotas para pessoas com deficiência, mas infelizmente, o PPGE não oferece. Confesso que não sei o porquê da não oferta, então, embora não entendo sobre essas leis, mas, acredito não ser algo obrigatório, mesmo já que algumas não cumprem e que isso tem muito a ver com os programas que visam a qualidade do programa e a ênfase na pesquisa dos números, não querer nada que afete a avaliação do programa ao mesmo tempo o próprio produtivismo acadêmico que ainda vigora nos programas de pós-graduação. Então, são coisas da pós-graduação que eles acham ou devem achar que uma pessoa com deficiência vai prejudicar, então, isso são ações excludentes que também vejo na pós-graduação em que só amplia o que já se vê, ainda é um ambiente excludente para todas as pessoas, mas principalmente para pessoas com deficiência que enfrentam tantas Barreiras para chegar esse nível de ensino (ACERVO DA PESQUISA, 2022).

A partir do excerto destacado pelo entrevistado, reconhecemos que muitos ainda são os desafios vividos no contexto acadêmico quando o assunto é a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior, sobretudo nos programas de Pós-graduação, além das barreiras arquitetônicas, atitudinais, existem a necessidade de interesse por parte da instituição no sentido de desenvolver um trabalho voltado a atender esses sujeitos, no sentido de acolhê-los e oportunizar um ambiente afetivo e que favoreçam a construção de novos conhecimentos científicos. Outro aspecto a ser considerado na fala do participante são as cotas na pós-graduação, pois como bem pontua, no programa de pós-graduação na qual é estudante não é ofertado, se tornando uma barreira ao ingresso de pessoas com deficiência alcançarem esse nível de ensino

Prosseguindo o diálogo, o entrevistado foi questionado a respeito de como foram os primeiros dias vivenciados na pós-graduação *stricto sensu*. O referido participante evidencia em sua narrativa que:

Foi um momento de muito nervosismo e ansiedade, quando saiu o resultado fiquei muito feliz e comemorei nas primeiras horas, mas quando foi no outro dia já veio o peso, comecei a me perguntar: “meu Deus e agora?” E como sou ansioso, além disso, a pós-graduação é um ambiente ansioso e é tudo muito rápido e corrido, as coisas vão acontecendo e vem a matrícula e, as preocupações que já tinha antes de entrar no curso apareceram e me

perguntava: Como é que vai ser? Como vou ter acesso aos materiais? Ainda mais considerando que era ainda um período remoto, então não tinha essa proximidade toda ainda com os professores, com os alunos e colegas e os materiais com os envio dos PDF e arquivos digitais, que no meu caso, como pessoa com deficiência visual preciso desses textos e materiais acessíveis e que não são tão simples. Fiquei bem preocupado a princípio, como os professores iriam fazer, como a universidade ajudaria nesse sentido. Com o passar dos dias, já começaram os grupos e depois de um mês após o resultado da matrícula, as aulas deram início, fui conhecendo a orientadora e me ambientando. A orientadora por ser da área deu suporte mostrando como seria e isso foi me tranquilizando, alguns colegas do grupo de pesquisa foram entrando em contato e conversando, dando força e dizendo que ia dar certo, recomendando ter paciência e calma, os próprios colegas do mestrado da linha de pesquisa, fui criado um vínculo muito grande desde o início, se tornando amigos e essa amizade fez com que ele se sentisse também tranquilo pois sabia que podia contar com eles (ACERVO DA PESQUISA, 2022).

A partir do apresentado pelo estudante sobre os desafios, angústias e ansiedade vivenciados nos primeiros dias ao ingressar no curso de Pós- Graduação encontramos nos estudos de Evêncio e Falcão (2022) que investigar aspectos da inclusão de pessoas com deficiência, principalmente na Educação Superior nos mobiliza a compreendê-lo enquanto um fenômeno dialético de inclusão-exclusão e historicamente construído, o que precisa ser desmitificado e construídas ações que minimizem tais questões apontadas pelo entrevistado. As ações de acolhimento, integração e diálogo para a recepção desses estudantes, contribuem e favorecem para que os mesmos sintam-se mais acolhidos e integrados. Sobre o que ele entende quando fala sobre Educação inclusiva. O estudante pontua:

Compreendo com um processo e que aprendeu ao longo do tempo que a inclusão não é algo tão claro e nem tampouco pronto, um processo de idas e vindas, de avanços e retrocessos, pois se é deparado com uma mudança social muito grande diante de tudo que foi vivenciado pela humanidade. (ACERVO DA PESQUISA, 2022).

É perceptível conforme pontua o participante desse estudo que seu ingresso na Educação Superior foi permeado por intensos desafios e que refletiram diretamente em seu percurso na pós-graduação *strictu sensu*, assim, vemos que a Educação inclusiva caracteriza-se por tornar a escola e a universidade um ambiente que possa tornar-se acessível a todos, em que as diferenças, as especificidades e as limitações não podem ser vistas como barreiras e que neguem o direito estabelecido pela legislação a todos os estudantes.

Apresentamos, a seguir, a segunda categoria que versa sobre os desafios vivenciados pelo participante do estudo na Educação Superior.

Desafios vivenciados na Educação superior: o que revelam suas experiências?

Quanto aos desafios mais latentes vivenciados na Educação Superior a partir das experiências vivenciadas pelo estudante da pós-graduação com deficiência, sua narrativa revelou:

Acredito que os maiores desafios sejam em relação a formação dos professores do ensino superior e que já se vem martelando à algum tempo nesse assunto eu acho que ainda vai continuar martelando por um tempo pois isso ainda é um gargalo muito grande e é claro que quando se fala de inclusão ainda tem gargalos grandes até na educação básica, quem dirá no ensino superior onde ainda está iniciando esse processo de chegada e avanços de matrícula de alunos com deficiência. Porém como sendo crescente o número de estudantes com deficiência está crescendo essa formação está sendo também muito necessária e se vê que ainda é algo falho, e que não se tem isso. Entendo que isso é um desafio muito grande e quando vai para a pós-graduação onde é um ambiente muito mais complexo do que a graduação, onde tem uma série de coisas, trabalhos, revistas, periódicos e uma série de coisas, onde a rigidez e a inflexibilidade muitas vezes predomina na pós-graduação e que não se tem uma formação de professores que tem um olhar inclusivo para um aluno com deficiência que está chegando na pós-graduação e vai precisar desse olhar, se torna muito difícil e pensa que a formação é um desafio muito grande principalmente na pós-graduação e o apoio pedagógico e de materiais também é um desafio grande. Quando a universidade tem um núcleo institucionalizado que possa ajudar esse alunos com deficiência seja na graduação ou pós-graduação faz muita diferença e quando não existe esse núcleo de apoio, as lacunas para o processo formativo desses discentes são visíveis, em virtude da falta de uma acompanhamento mais próximo no desenvolvimento dos mesmos”. (ACERVO DA PESQUISA, 2022).

O estudante com deficiência visual colaborador deste estudo destacou entre os desafios a formação dos professores da Educação Superior para trabalhar com a inclusão no espaço acadêmico, lacuna com crescente visibilidade. Ainda que a formação de professores seja tema de pauta das agendas contemporâneas de pesquisas, o que fica evidente é que o professor que atua na universidade precisa de aprender sobre a inclusão para desenvolver seu trabalho de modo que favoreça o desenvolvimento do aluno. O entrevistado destacou a existência de organismo institucional voltado para a promoção de políticas com este fim, citando, na UECE, o NAAI (Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência da UECE)⁷ e que ao ingressar no mestrado teve um contato muito próximo, inclusive com a própria coordenadora do grupo, tendo visualizado a construção do Núcleo dentro da universidade. Destaca que faz a diferença ter profissionais que dão esse suporte, inclusive em relação a materiais e textos adaptados a sua deficiência. Sublinhou, ainda, que quando isso não acontece se torna um desafio muito grande.

Os Núcleos de Acessibilidade têm por objetivo a constituição de espaços físicos, com profissional responsável pela organização das ações e pela articulação entre os diferentes órgãos da instituição para a

⁷ O Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência (NAAI) é órgão vinculado ao Gabinete da Reitoria e presente em todos os campi da Universidade Estadual do Ceará. O NAAI é um espaço institucional de planejamento, proposição, coordenação, articulando a execução de ações que tenham como finalidade a eliminação de barreiras impeditivas de acesso e de permanência das PcD e das pessoas com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidade/superdotação e mobilidade reduzida, e promoção da sua inclusão à vida acadêmica e profissional no âmbito da UECE. (UECE,2023).

implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão na área (BRASIL/MEC, 2010). Assim, esse núcleo tem uma importante função no que tange a efetivação de estudantes com deficiência no ensino superior e esse contato com o estudante como supracitado foi uma ação que permitiu dar condições pedagógicas acessíveis ao estudante em relação aos materiais.

Nosso colaborador se manifestou também sobre a importância de ter pessoas com deficiência no espaço da pós-graduação *stricto sensu*, asseverando:

É importante pois pensar que um aluno com deficiência com todas as dificuldades desafios e barreiras e tudo que enfrenta desde a educação básica, quem se vem lutando e batalhando “engolindo cobras e lagarto” e vai para a graduação, geralmente é a mesma coisa e até um pouco pior e mesmo assim chegar na pós-graduação mestrado e doutorado mostra que passou por muita coisa, teve que superar muita coisa e ao mesmo tempo que ressignificar essas dificuldades, onde pensa que foi seu caso, procurar vê essas dificuldades de uma forma positiva, de forma que impulse a querer e a lutar, mostrando que o aluno que o aluno com deficiência pode chegar na pós-graduação apesar das barreiras enormes que existem, pois a pós-graduação ainda é um espaço seletivo e não são para todos e para qualquer pessoa independente que seja uma pessoa com ou sem deficiência, considera algo muito excludente desde o processo seletivo em que si, ver que é um ambiente muito seletivo e um aluno com deficiência conseguir ingressar desse nível de ensino é algo importante para todos, mostrar que esse aluno ele pode também ser um pesquisador, ter uma representatividade para outras pessoas com deficiência para que elas acreditem que isso é possível. Acredito ainda que é importante tornar a pós-graduação algo acessível, inclusivo e tirar um pouco dessa coisa excludente que ainda acontece muito e esse é o significado que vê para tudo isso. (ACERVO DA PESQUISA, 2022).

A partir das reflexões explicitadas pelo entrevistado é perceptível que o mesmo ainda destaca a Educação Superior como um nível excludente e inacessível para grande parte de pessoas com deficiência, seja em virtude das barreiras arquitetônicas, pedagógicas e também atitudinais que perpassam o entorno desse universo, impedindo assim, a acessibilidade desse público, sendo necessário a universidade reconhecer que em tempos atuais torna-se necessário (re)pensar a instituição de Educação Superior como um espaço singular, plural, heterogêneo e inclusivo, e, essa inclusão só será efetivada de fato, a partir da garantia do acesso e permanência dos estudantes com qualidade e equidade.

Ao ser provocado sobre a construção de uma universidade inclusiva, o pós-graduando lembrou que o próprio nome “universidade” indica que ela deva priorizar ser um espaço para todos, embora reconheça que na prática não seja isso que acontece em sua plenitude, porque a rigidez do ensino superior ainda é significativa, com um foco muito acadêmico, não favorecendo as diferenças que chegam na universidade, o que se agrava ante os demais desafios mencionados. Nessa perspectiva, realça que para a universidade ser inclusiva ela precisa fazer valer o próprio nome e, ao mesmo tempo, mobilizar a comunidade inteira, os alunos e os cursos. Sublinha que a universidade se torna muitas vezes fragmentada, não tem uma mobilização coletiva pela luta das pessoas com deficiência, e ver a necessidade pois tem alunos com deficiência ingressando em vários cursos, não só de licenciatura, assim como na pós-graduação.

O estudante afirma que deve haver esse comprometimento, esse compromisso coletivo para que a universidade seja para todos e vai entrar em todos os aspectos, como por exemplo, estrutura física, de formação, apoio técnico e técnico pedagógico dentre tantos outros, na qual precisa acontecer para que seja inclusivo e não ser essa tradição de exclusão que ainda é muito forte não só na graduação, mas também na pós-graduação.

A seguir, abordaremos sobre a inclusão em um mestrado em Educação

Inclusão em um mestrado em Educação: estratégias, metodologias e práticas

O aluno da pós-graduação *strictu sensu* participante desse estudo, narrou também sobre sua inserção no Mestrado em Educação e como se deu, inicialmente, o trabalho pedagógico dos docentes, especialmente no tocante aos procedimentos metodológicos desenvolvidos nas aulas para a operacionalização do processo de ensino e de aprendizagem. Sua narrativa evidencia a ausência de preparo dos professores ante sua presença nesse contexto, conforme ilustra o fragmento transcrito:

Não sei se teve muitas estratégias pedagógicas dos professores, não me lembro de nenhuma medida ou estratégia acessíveis, **a não ser a disponibilidade dos professores**, onde alguns tiveram a preocupação de perguntar se as coisas estavam confortáveis em relação aos materiais. No geral, não vi uma mobilização e preocupação por parte de todos os professores. Mas por outro lado, no meu caso não preciso de grandes mudanças, consigo acompanhar bem as aulas e essa parte tecnológica já tenho uma certa intimidade, como os aplicativos que uso, então não tive grandes dificuldades nos acessos às aulas. Nas aulas em si e no curso foram mais as questões de materiais, mas no mais consegui acompanhar sem grandes mudanças a estratégias. Mas **foram poucos os que tiveram essa preocupação** comigo (ACERVO DA PESQUISA, 2022). (Grifamos).

O excerto explicita a ausência de preparo dos professores formadores ante um estudante com deficiência, embora a narrativa também destaque uma certa sensibilidade em relação a necessidade de atenção diferenciada, o que certamente não é suficiente e carece de uma política de desenvolvimento desses profissionais para que a universidade possa realizar a contento sua missão social, política e pedagógica de formação.

A partir das reflexões explicitadas pelo estudante, torna-se necessário ressaltar que a acessibilidade na Educação Superior, tanto na graduação como na pós-graduação visa à eliminação de qualquer tipo de barreiras, seja qual for sua natureza, na qual impeça a pessoa com deficiência a ter total acesso aos espaços e informações, com dignidade, autonomia, segurança, liberdade e igualdade, assim, as instituições devem estar sempre procurando as adequações necessárias de estratégias pedagógicas e recursos de acessibilidade para promover o direito a todos pela educação.(FERREIRA, MORELLO e OLIVEIRA, 2021)

Para melhor exemplificar, o estudante foi indagado sobre quais estratégias os professores poderiam ter feito, para que as aulas fossem mais inclusivas e que não foram realizadas. E assinala que

Nos dois primeiros semestres, que são os que têm disciplinas obrigatórias foi feita uma reunião antes do início dos períodos, com a iniciativa da orientadora, achei muito boa e legal a iniciativa, pela necessidade que tinha de saber como iam ser os materiais. E volto a dizer que a preocupação maior era com materiais, como poderiam estar acessíveis para mim, principalmente no ambiente que estava no momento, mas que se fosse no presencial também a diferença não era muito grande, ia precisar também dessa acessibilidade de materiais. Por fim, conseguimos fazer essas reuniões com os professores e alguns, apesar da reunião e de tudo que foi conversado, continuaram sem prestar esse apoio que deveria com os materiais. Então, teve professor que mandava o material em formato de imagem, PDF em formato de imagem apesar de já ter sido conversado que esses materiais não eram acessíveis, pois os meus leitores de tela não leem imagem e scanner. Eu precisava desses materiais em textos ou então lidos por alguém e teve professores que não fizeram isso, continuaram mesmo sabendo, mandando em formato de imagens. Então, a preocupação, a empatia faltou em alguns casos.(ACERVO DA PESQUISA, 2022).

A preocupação com o acesso aos materiais de estudo aparece na narrativa do discente com bastante ênfase, denotando ser esse um aspecto que necessita ser considerado no planejamento e desenvolvimento da ação didática do professor formador.

Outro aspecto rememorado pelo entrevistado foram as ações dos professores voltados para audiodescrição. Até porque no início houve algumas palestras por iniciativa da orientadora, sobre audiodescrição e que alguns professores do programa assistiram, o que estimulou em alguns professores, mas não todos, a realização da sua audiodescrição durante as aulas, bem como dos colegas de turma e de alguns materiais didáticos durante as aulas. Registrou também que a audiodescrição é importante para uma pessoa com deficiência visual, que é algo que ainda precisa ser entendida. Para além da audiodescrição, o estudante colaborador desse estudo realçou que “precisa de muito mais coisas que os seus professores não atentaram e que não deram assistência”; que realçou a audiodescrição como um ponto que aconteceu, embora considere “que precisava de muito mais”.

Os excertos narrativos confirmam que é no enfrentamento diário das atividades inacessíveis que seguem os alunos com deficiência na Educação Superior, realizando malabarismos acadêmicos dentro e fora das salas de aulas, de modo que entre adaptações e improvisos os períodos letivos vão se atravessando e os alunos com deficiência vão perdendo experiências que são fundamentais nos seus processos formativos (GUIMARÃES, 2021). A partir de tais explicitações, encontramos nos estudos de Rosa *et all* (2020), que muitos ainda são os desafios enfrentados pelas universidades brasileiras, dentre eles, a necessidade de formações para os docentes aprimorarem suas práticas e assim, construírem estratégias que oportunizem e reconheçam as especificidades dos discentes.

A narrativa do mestrando participante desse estudo deixa claro que mesmo diante de adaptações simples, essas estratégias não foram ainda efetivadas de forma a melhorar o acesso dos discentes e permanece o exercício corriqueiro de uma organização pedagógica pensada em alunos “padrões”, visto como “normais”. Tais comportamentos demonstram ainda as fragilidades da acessibilidade pedagógica, que muitas vezes não

leva em consideração as diferenças. Ao enviar materiais que são inacessíveis, é ignorado o direito de aprendizagem e de inclusão desses alunos, compreendendo que os mesmos estão sendo excluídos dessas atividades, influenciando seu processo formativo e perpetuando uma cultura excludente.

Isso posto, comungamos com as ponderações evidenciadas por Ortiz (2000), quando defende em seus estudos que o primeiro passo para a educação inclusiva é a aceitação incondicional das diferenças, pois a diversidade fortalece os alunos ao oferecer alternativas de aprendizagem.

Provocações não conclusivas

Nesse artigo procuramos, a partir da narrativa (auto)biográfica de um estudante com deficiência, compreender suas percepções sobre os desafios e avanços vivenciados em um programa de pós-graduação *stricto sensu* em Educação como constitutiva de sua formação pessoal e acadêmica em vista de uma educação pautada nos princípios democráticos, inclusivo e equitativo.

Muitos ainda são os desafios vivenciados pelas universidades brasileiras quando o assunto é o acesso e inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior, principalmente na pós-graduação, onde esses números diminuem substancialmente, em virtude, dessa oferta educacional ainda ser pouco acessível para esses estudantes, seja por falta de políticas inclusivas de acessibilidade construídas pela instituição ou mesmo, por questões pontuais de permanência desses discentes em virtude de não reconhecerem tal espaço como acolhedor e que favoreça o seu desenvolvimento científico.

O presente estudo sinaliza para que a universidade acenda o alerta sobre as problemáticas relatadas pelo participante, considerando que este espaço deve estar preparado para acolher a diversidade, em todas as suas dimensões. Ressaltamos ainda que é necessário um comprometimento de todos na defesa pela inclusão, pois quando isso acontece gera mudanças e rompimentos de práticas excludentes.

A narrativa do participante aponta para a necessidade de avanços sobre as políticas de inclusão no contexto da Pós-graduação *stricto sensu*, na qual podemos visualizar que não estar sendo tida como prioridade na instituição, haja vistas os apontamentos de suas vivências e desafios enquanto estudante com deficiência, bem como, os desdobramentos surgidos no decurso desse percurso. A universidade precisa de uma articulação maior quanto as necessidades específicas dos estudantes, pois somente o ingresso não é a garantia de inclusão, de modo que é preciso criar condições de permanência com qualidade para esses discentes.

Por fim, consideramos que as reflexões tecidas nesse escrito possam potencializar outros estudos sobre a temática e assim que mais trabalhos contemplem as narrativas de pessoas com deficiência sobre sua inserção na universidade como possibilidade de crescimento social, humano, político e cultural, buscando compreender e respeitar suas singularidades, necessidades, percepções e entender como ocorre esses processos inclusivos, propiciando estratégias que vão de encontro as suas necessidades individuais e que oportunize um percurso formativo atravessado por novas rotas de produção do conhecimento e de emancipação humana.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Edital n° 4. **Seleção de Propostas. Programa Incluir: acessibilidade na educação superior.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília-DF, 2008b.164p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRIZOLLA, F.; MARTINS, C. S. L. **Desafios da Educação Inclusiva no Ensino Superior.** Revista Triângulo, Uberaba, v.11, n.1, p.136-150, jan./abr. 2018.

CLANDININ, D. Jean. CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa.** Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

EVÊNCIO, K. M. de M.; FALCÃO, G. M. B. Inclusão de acadêmicos com deficiência na educação superior: Uma revisão bibliográfica na perspectiva da teoria histórico-cultural . **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1610–1623, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17i3.16053.

FÁVERO, O. et al. (Org.) **Tornar a educação inclusiva.** Brasília: UNESCO, 2009.

FERREIRA, Eliana Lúcia; MORELLO, Rosângela; DE OLIVEIRA, Tânia Mara Serzanink. Inclusão no ensino superior e o papel dos núcleos de acessibilidade. **Teoria e métodos do processo de inclusão educacional: Visibilidade, Materialidade, Fragmentos E Multiplicidade.** Eliana Lúcia Ferreira (Organizadora). Editora UFJF, Juiz de Fora, 2021

GUIMARÃES, Décio Nascimento. Educação Superior sob múltiplos olhares: por uma visão emancipatória. **Educação superior, inclusão e acessibilidade: reflexões contemporâneas.** / Francisco Ricardo Lins V. Melo, Érica Simony F. M. Guerra, Margareth Maciel F. D. Furtado (Orgs.). – Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021.

NACARATO, Adair Mendes; PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrativas autobiográficas produzidas por futuras professoras: representações sobre a matemática escolar. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 18, n. 03, p. 285-299, 2013.

PINEAU, Gaston. A autoformação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias. O método (auto) biográfico e a formação, Natal: EDUFRN, 2010. _____. A

autoformação no decurso da vida: entre a hetero e a ecoformação. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias. **O método (auto) biográfico e a formação**, Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

PLETSCH, Márcia Denise; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira. Estrutura e Funcionamento dos Núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais da Região Sudeste. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAEE)**, v.12, n. 3, p.1610-1627, jul./set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/10354/6733>, acesso em 12 de set.2022.

ROSA, C. M., Viçosa, C. S. C. L., Folmer, V., & Salgueiro, A. C. F. (2020). Inclusão no Ensino Superior e o uso de Tecnologias Assistivas: uma avaliação com base nas percepções de discentes de licenciatura. **Revista Educação Especial**, 33, e20/ 1–22. <https://doi.org/10.5902/1984686X41129>

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de JANEIRO: WVA, 1997.

NETA, A. de S. O; Santos, G. C. S., & Falcão, G. M. B. (2023). BNC-Formação e educação especial: apagamentos e retrocessos na perspectiva inclusiva. **Revista Teias**, 24(73), 31–44. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2024.7424>. Acesso em: 11 de dez de 2023.

SOUZA, Elizeu Clementino de. A arte de contar e trocar experiências: Reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação, 2010. Disponível em . Acesso em 19 de out de 2022.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Penso. Porto Alegre: RS, 2011. YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

Submetido: 16/01/2024

Aceito: 20/10/2024